

ÍNDICE DA MATÉRIA

<i>Apresentação da 45ª edição</i>	XXVII
<i>Apresentação</i>	XXIX

Processo de Execução e Cumprimento da Sentença Processo Cautelar e Tutela de Urgência

Parte IX – As Vias de Execução do Código de Processo Civil Brasileiro Reformado

Capítulo XXII – Panorama das Vias Executivas

§ 93 – A Abolição da Ação de Execução de Sentença	
624 – Introdução	1
625 – O panorama da execução forçada no direito processual europeu contemporâneo	2
626 – A história da execução forçada no direito antigo de origem românica	4
627 – O reaparecimento da <i>actio iudicati</i> na história do direito moderno	6
628 – A reação contemporânea contra o sistema de cumprimento da sentença por meio da <i>actio iudicati</i>	7
629 – As reformas com que, afinal, o direito brasileiro eliminou a <i>actio iudicati</i> no campo das sentenças condenatórias	7
630 – Vias de execução disponíveis no moderno processo civil brasileiro	8
631 – Resumo dos propósitos da reforma operada pela Lei nº 11.232, de 22.12.2005	9
632 – Algumas reações ao projeto de abolição completa da <i>actio iudicati</i>	11
633 – Conclusões	12
634 – Direito intertemporal	14
§ 94 – Cumprimento da Sentença Condenatória	
635 – A noção de sentença condenatória perante as novas técnicas de cumprimento dos julgados	16
636 – Regras disciplinadoras do cumprimento das sentenças	18
636-a – A possibilidade de execução com base em sentença declaratória	19
636-a-1 – Tutela interdital como padrão	22
636-b – Cumprimento por iniciativa do devedor	22
636-c – Sucumbência	23

Capítulo XXIII – Cumprimento da Sentença Relativa às Obrigações de Fazer e Não Fazer

§ 95 – Noções Introdutórias	
637 – Noção de obrigação de fazer e não fazer	25
638 – Execução específica e execução substitutiva	26
§ 96 – Técnicas Processuais	
639 – Tutela específica	27
639-a – Tutela substitutiva	28
639-b – Defesa do executado.....	29
639-c – Medidas de apoio	30
639-d – A multa (<i>astreinte</i>)	31

639-e – Execução da multa	33
639-f – Obrigações de não fazer	34
639-g – Encerramento do processo	35
§ 97 – Regras Especiais sobre a Sentença que Condena ao Cumprimento de Obrigação de Declarar Vontade	
640 – Execução das prestações de declaração de vontade	36
640-a – Satisfação da contraprestação a cargo do exeqüente	37
640-b – A execução das sentenças que condenam à declaração de vontade	39
640-c – Natureza jurídica da sentença	39
Capítulo XXIV – Cumprimento da Sentença Relativa à Obrigação de Entrega de Coisa	
§ 98 – Noções Introdutórias	
641 – Noção de obrigação de dar (entrega de coisa)	41
641-a – Execução específica e execução substitutiva	41
§ 99 – Técnica Processual	
642 – Procedimento pós-sentença	43
643 – Tutela substitutiva	43
644 – Multa e outras medidas de apoio	44
645 – Obrigação genérica	44
646 – Retenção por benfeitorias	45
Capítulo XXV – Cumprimento da Sentença Relativa à Obrigação por Quantia Certa	
§ 100 – Noções Introdutórias	
647 – Noção de obrigação por quantia certa	47
648 – Execução por quantia certa fundada em sentença	47
649 – Multa legal	48
649-a – Jurisprudência em torno do artigo 475-J	49
§ 101 – Técnica Processual	
650 – Requerimento do credor	51
651 – O procedimento executivo	51
§ 102 – Defesa do Devedor	
652 – Impugnação do executado	53
653 – Enumeração legal dos temas abordáveis na impugnação ao cumprimento da sentença	54
654 – Incompetência do juízo, impedimento ou suspeição do juiz	59
655 – Regra especial para a impugnação ao excesso de execução	59
656 – Procedimento da impugnação	60
657 – Efeito da impugnação	60
658 – Instrução probatória	60
659 – Julgamento da impugnação	60
Capítulo XXVI – Os Títulos Judiciais Executivos	
§ 103 – Enumeração Legal	
660 – Noções introdutórias	63
660-a – Medidas preparatórias	64
660-b – Procedimento especial: sentença penal, sentença arbitral e sentença estrangeira ...	64
660-c – Encerramento da execução de sentença	65

§ 104 – Os Diversos Títulos Executivos Judiciais	
661 – Sentença condenatória civil	66
662 – Nova visão dos efeitos da sentença declaratória	68
663 – Sentenças de indenização por ato ilícito	70
663-a – Revisão, cancelamento, exoneração ou modificação do pensionamento.....	72
664 – Pensionamento em salários mínimos	72
665 – Sentença penal condenatória	73
666 – Sentença homologatória de conciliação ou de transação	74
667 – Homologação de acordo extrajudicial	75
668 – Sentença arbitral	75
669 – Sentença estrangeira	76
670 – O formal de partilha	76
§ 105 – Particularidades de alguns Títulos Executivos Judiciais	
671 – Condenações a prestações alternativas	78
672 – Sentença que decide relação jurídica sujeita a condição ou termo	78
672-a – Requisito de admissibilidade da sentença condicional ou a termo	80
673 – Julgamento fracionado da lide	80
§ 106 – Execução Provisória e Definitiva	
674 – Noções introdutórias	82
675 – Fundamentos da execução provisória	82
676 – Execução de título extrajudicial embargada	83
677 – Situação do tema no Código	83
678 – Normas básicas da execução provisória	84
678-a – Incidentes da execução provisória	87
678-b – Processamento da execução provisória.....	87
678-c – Execução provisória por quantia certa.....	87
§ 107 – Competência	
679 – Juízo competente para o cumprimento da sentença	88
679-a – Regras legais sobre competência aplicáveis ao cumprimento da sentença	88
679-b – Competência opcional para o cumprimento da sentença relativa à obrigação por quantia certa	89
679-c – Competência para cumprimento da sentença arbitral	89
679-d – Competência para execução civil da sentença penal	89
679-e – Competência internacional	90
Capítulo XXVII – Título Judicial Ilíquido	
§ 108 – Liquidação da Sentença Condenatória Genérica	
680 – Sentença ilíquida	91
681 – Execução da sentença ilíquida	91
681-a – Liquidação de sentença declaratória e de outros títulos judiciais.....	92
682 – Casos de iliquidez da sentença	93
682-a – Natureza jurídica da liquidação da sentença	93
682-b – A liquidação e os honorários advocatícios	94
682-c – Limites da liquidação	95
682-d – Contraditório	95
682-e – Liqueidez parcial da sentença	95
682-f – Liquidação por iniciativa do vencido	96
682-g – Recursos	96
682-h – Liquidação frustrada	97

§ 109 – Procedimentos da Liquidação	
683 – Procedimentos possíveis	99
683-a – Liquidação por cálculo	99
683-b – Cálculo com base em dados ainda não juntados aos autos	100
683-c – Memória de cálculo aparentemente excessiva	100
683-d – Liquidação por arbitramento	101
683-e – Liquidação por artigos	102
683-f – A indisponibilidade do rito da liquidação	103
683-g – Rescisão da decisão liquidatória	104
683-h – Direito intertemporal	105

Parte X – Execução dos Títulos Executivos Extrajudiciais

Capítulo XXVIII – Processo de Execução

§ 110 – Princípios Gerais da Execução Forçada	
684 – Vias de execução	109
685 – O processo judicial	110
686 – Processo de conhecimento e processo de execução	110
686-a – Diferenças entre a execução forçada e o processo de conhecimento	111
686-b – Visão unitária da jurisdição	112
686-c – Realização da sanção: fim da execução forçada	112
686-d – Espécies de sanções realizáveis por via da execução forçada	113
686-e – Execução forçada, cumprimento voluntário da obrigação e outras medidas de realização dos direitos subjetivos	114
686-f – Meios de execução	114
686-g – Autonomia do processo de execução	115
686-h – Cumprimento da sentença e processo de execução	116
686-i – Novos rumos da execução de sentença	117
686-j – A reforma da execução do título extrajudicial	117
686-l – Direito intertemporal	120
§ 111 – Princípios Informativos da Tutela Jurisdicional Executiva	
687 – Princípios informativos do processo de execução	122
687-a – Princípio da realidade: toda execução é real	123
687-b – Princípio da satisfatividade: a execução tende apenas à satisfação do direito do credor	123
687-c – Princípio da utilidade da execução	123
687-d – Princípio da economia da execução	124
687-e – Princípio da especificidade da execução	124
687-f – Princípio dos ônus da execução	124
687-g – Princípio do respeito à dignidade humana	125
687-h – Princípio da disponibilidade da execução	125
687-i – Disponibilidade parcial da execução: redução do pedido executivo	126
687-j – Honorários advocatícios na desistência da execução	127
§ 112 – Formas de Execução e Atos de Execução	
688 – As várias formas de execução	129
688-a – Execução singular e execução coletiva	129
689 – Atos de execução	130
690 – Relação processual executiva	131
691 – A citação executiva	132

§ 113 – Execução Provisória e Definitiva	
692 – Procedimento da execução forçada	133
692-a – Observações sobre a petição inicial	134
692-b – Execução provisória de título extrajudicial.....	134
§ 114 – Disposições Gerais	
693 – Aplicação subsidiária de normas do processo de conhecimento	136
694 – Coibição dos atos atentatórios à dignidade da Justiça	136
Capítulo XXIX – Requisitos para Realizar qualquer Execução	
§ 115 – Pressupostos e Condições da Execução Forçada	
695 – Pressupostos processuais e condições da ação	139
696 – O título executivo	140
696-a – Função do título executivo	140
696-b – Efeito prático do título executivo	142
696-c – Requisitos do título executivo: obrigação certa, líquida e exigível	142
696-d – Formas dos títulos executivos	143
697 – O inadimplemento do devedor	144
697-a – O inadimplemento em contrato bilateral	145
Capítulo XXX – A Relação Processual e seus Elementos	
§ 116 – Elementos Objetivos e Subjetivos do Processo de Execução	
698 – Elementos do processo executivo	147
Capítulo XXXI – Elementos Subjetivos (I)	
§ 117 – Partes. Legitimação Ativa	
699 – Nomenclatura	149
700 – Legitimação ativa	149
701 – Legitimação ativa originária do credor	150
702 – Legitimação extraordinária do Ministério Público	150
703 – Legitimação ativa derivada ou superveniente	150
704 – Espólio	151
705 – Herdeiros e sucessores	152
706 – Cessionário	152
707 – Sub-rogado	153
708 – Legitimações supervenientes extraordinárias: massa falida, condomínio e herança jacente ou vacante	154
709 – Terceiros interessados	154
§ 118 – Legitimação Passiva	
710 – Legitimação passiva	155
711 – Dívida e responsabilidade	155
712 – O devedor	156
713 – Espólio e sucessores	157
714 – O novo devedor	158
715 – Fiador judicial	159
715-a – Fiador extrajudicial	160
716 – Responsável tributário	161
717 – Revelia do devedor e curador especial	164

§ 119 – Litisconsórcio e Intervenção de Terceiros no Processo de Execução	
718 – Litisconsórcio	165
719 – Assistência	166
720 – Denúnciação da lide	166
721 – Chamamento ao processo	167
§ 120 – Processo Cumulativo	
722 – Cumulação de execuções	169
722-a – Cúmulo subjetivo	170

Capítulo XXXII – Elementos Subjetivos (II)

§ 121 – O Órgão Judicial	
723 – Juízo competente para a execução	173
723-a – Execução de sentença	173
723-b – Competência para execução de títulos extrajudiciais	174
723-c – Competência para a execução fiscal	175
723-d – Título executivo extrajudicial estrangeiro	175
723-e – Competência para deliberação sobre os atos executivos	175

Capítulo XXXIII – Elementos Objetivos do Processo de Execução (I)

§ 122 – Objeto da Atividade Executiva	
724 – Bens exequíveis	177
724-a – Resquícios da execução pessoal	177
§ 123 – Responsabilidade Patrimonial	
725 – Obrigação e responsabilidade	179
726 – Extensão da responsabilidade patrimonial do devedor	180
727 – Responsabilidade e legitimação passiva para a execução	181
728 – Responsabilidade executiva secundária	181
729 – Excussão de bens do sucessor singular	182
730 – Excussão de bens do sócio	183
731 – Benefício de ordem na execução de dívida de pessoa jurídica	184
732 – Bens do devedor em poder de terceiros	185
733 – Excussão de bens de devedor casado: tutela da meação	185
734 – Bens alienados em fraude de execução	186
735 – Casos de fraude de execução	187
736 – Fraude de execução e insolvência do devedor	189
736-a – A aplicação da teoria da distribuição dinâmica do ônus da prova à fraude de execução	191
736-b – A posição do terceiro adquirente em face da execução	192
737 – Bens sujeitos ao direito de retenção	193
738 – Excussão de bens do fiador	193
739 – Bens de espólio	194

Capítulo XXXIV – Elementos Objetivos do Processo de Execução (II)

§ 124 – Execução de Títulos Extrajudiciais	
740 – Execução de sentença e ação executiva	195
741 – Conversão de execução forçada em ação ordinária de cobrança	196
§ 125 – Títulos Executivos Extrajudiciais	
742 – Títulos executivos extrajudiciais e sua classificação	197

743 – Títulos cambiários e cambiariformes	198
744 – Duplicatas	198
745 – Responsáveis cambiários	198
746 – Documento público ou particular	199
747 – Confissões de dívida	200
747-a – Contrato de abertura de crédito	200
748 – Hipoteca, penhor, anticrese e caução	202
748-a – Execução hipotecária	203
748-b – Remição da hipoteca e pagamento do débito hipotecário pelo novo proprietário do imóvel	205
749 – Classificação das garantias	206
750 – Seguros	207
751 – Rendas imobiliárias	207
752 – Encargo de condomínio	208
753 – Custas judiciais, emolumentos e honorários	209
754 – Dívida ativa da Fazenda Pública	209
755 – Concurso de execução forçada e ação de conhecimento sobre o mesmo título	211
756 – Títulos executivos definidos em outras leis	213
757 – Títulos estrangeiros	213

Capítulo XXXV – Disposições Gerais

§ 126 – Regras Pertinentes às Diversas Espécies de Execução	
758 – Organização da matéria no Código de Processo Civil	215
759 – Direito de preferência gerado pela penhora	215
759-a – Tutela aos privilégios emergentes da penhora.....	217
760 – A documentação da petição inicial	217
761 – Outras providências a cargo do credor	218
762 – Obrigações alternativas	218
763 – Penhora de bens gravados por penhor, hipoteca, anticrese ou usufruto	219
764 – Medidas acautelatórias	219
764-a – Prevenção contra a fraude de execução, por meio de registro público.....	219
764-b – Efeito da averbação.....	220
764-c – Abuso do direito de averbação	220
765 – Dívida sujeita à contraprestação	221
766 – Petição inicial incompleta ou mal instruída	221
767 – Execução e prescrição	222
768 – Nulidades no processo de execução	223
769 – Imperfeição do título executivo	223
770 – Falta de título executivo	223
771 – Nulidade da execução fiscal	224
772 – Vício da citação	224
773 – Verificação da condição ou ocorrência do termo	225
774 – A arguição das nulidades	226
775 – A arrematação de bem gravado com direito real	226
775-a – Arrematação de bem sujeito à penhora em favor de outro credor.....	227
776 – Execução realizável por vários meios	228
776-a – Peculiaridades da citação executiva	229

Capítulo XXXVI – Execução para Entrega de Coisa

§ 127 – Procedimento Próprio para a Execução das Obrigações de Entrega de Coisa	
777 – Conceito	231
778 – Entrega de coisa certa	232

779 – Procedimento	232
779-a – Cominação de multa diária	233
780 – Efeito dos embargos	234
781 – Alienação da coisa devida	234
782 – Execução da obrigação substitutiva	235
783 – Execução de coisa sujeita a direito de retenção	235
784 – Títulos especiais de entrega de coisa: ações executivas <i>lato sensu</i>	236
784-a – A generalização da sentença executiva <i>lato sensu</i> (Lei nº 10.444, de 07.05.02)	237
784-b – Providências cabíveis para reforçar a efetividade da tutela às obrigações de entrega de coisa	237
784-c – Embargos de retenção	238
785 – Execução para entrega de coisa incerta	238
786 – Medidas de coerção e apoio	239

Capítulo XXXVII – Execução das Obrigações de Fazer e Não Fazer

§ 128 – Procedimentos Próprios das Execuções das Obrigações de Fazer e Não Fazer	
787 – O problema da execução das prestações de fato	243
788 – Fungibilidade das prestações	244
789 – <i>Astreinte</i> : a multa como meio de coação	244
790 – Distinções preliminares	246
791 – Princípios comuns	246
792 – A sistemática preconizada pela Lei nº 10.444	247
793 – Execução das prestações fungíveis	247
794 – Realização da prestação fungível por terceiro	248
795 – Inadimplência do terceiro contratante	249
796 – Realização da prestação pelo próprio credor	249
796-a – O interesse que justifica a adoção do procedimento previsto no art. 634 do CPC ...	250
797 – Autotutela prevista no novo Código Civil	251
798 – Execução das prestações infungíveis	252
799 – Execução das obrigações de não fazer	252
800 – Medidas sub-rogatórias e antecipatórias	252

Capítulo XXXVIII – Execução por Quantia Certa

§ 129 – Noções Gerais	
801 – O objetivo da execução por quantia certa	257
802 – Execução por quantia certa como forma de desapropriação pública de bens privados ...	258
803 – Espécies	259

Capítulo XXXIX – Execução por Quantia Certa contra Devedor Solvente

§ 130 – Fase de Proposição	
804 – Execução por quantia certa contra devedor solvente	261
805 – Proposição	261
805-a – Procedimento da penhora e avaliação	263
806 – Arresto de bens do devedor não encontrado	264
806-a – Honorários de advogado em execução de título extrajudicial	264
806-b – Redução da verba honorária	266

Capítulo XL – Fase de Instrução (I)

§ 131 – Penhora	
807 – A penhora como o primeiro ato expropriatório da execução forçada por quantia certa	267

808 – Natureza jurídica da penhora	268
809 – Função da penhora	269
810 – Efeitos da penhora perante o credor, o devedor e terceiros	270
811 – Penhora de imóvel	272
812 – Averbação da penhora no registro imobiliário.....	274
812-a – Penhora de imóvel situado fora da comarca da execução	275
§ 132 – Objeto da Penhora	
813 – Bens penhoráveis e impenhoráveis	277
814 – Bens absolutamente impenhoráveis	278
814-a – Ressalva geral à regra da impenhorabilidade	283
814-b – A impenhorabilidade do imóvel de residência da família	283
814-c – Impenhorabilidade sucessiva do bem penhorado em execução fiscal	284
815 – Bens relativamente impenhoráveis	285
816 – A penhorabilidade dos fundos líquidos do sócio em sociedade mercantil	286
817 – Limites da penhora	288
817-a – Valor dos bens penhoráveis.....	289
818 – Escolha dos bens a penhorar	289
819 – A ordem de preferência legal para a escolha dos bens a penhorar	290
820 – Outras exigências a serem cumpridas na escolha do bem a penhorar, por qualquer das partes	291
820-a – Penhora sobre os bens escolhidos pelo devedor.....	291
820-b – Dever de cooperação do executado na busca dos bens a penhorar.....	292
820-c – Situação dos bens a penhorar	292
821 – Bens fora da comarca	293
§ 133 – Realização e Formalização da Penhora	
822 – Penhora pelo oficial de justiça	294
822-a – Penhora de bens em mãos de terceiro.....	295
822-b – Dificuldade na localização dos bens a penhorar.....	295
822-c – Frustração da diligência	295
823 – Resistência à penhora: arrombamento e emprego de força policial	295
824 – Auto de penhora pelo oficial de justiça e penhora por termo do escrivão	296
825 – Intimação de penhora	299
§134 – Penhoras Especiais	
826 – Particularidades da penhora de certos bens	299
826-a – Penhora de dinheiro em depósito ou aplicação financeira	299
826-b – Impenhorabilidade do saldo bancário.....	300
826-c – Penhora de parte do faturamento da empresa executada.....	301
826-d – Efetivação do esquema de apropriação das parcelas do faturamento	303
826-e – Penhora <i>on-line</i> e preservação do capital de giro da empresa	303
826-f – Penhora de bem indivisível e preservação da cota do cônjuge não-devedor	304
827 – Penhora de créditos e outros direitos patrimoniais	305
828 – Penhora de direitos e ações	305
829 – Penhora sobre créditos do executado	306
830 – Sub-rogação do exeqüente nos direitos do executado	307
831 – Penhora no rosto dos autos	307
832 – Penhora sobre créditos parcelados ou rendas periódicas	307
833 – Penhora de empresas e outros estabelecimentos	308
834 – Empresas concessionárias ou permissionárias de serviço público	308
835 – Penhora de navio ou aeronave	309
836 – Multiplicidade de penhoras sobre os mesmos bens	309

§ 135 – Alterações e Resgate da Penhora	
837 – Modificações da penhora	310
837-a – Substituição da penhora.....	311
837-b – Substituição por iniciativa de qualquer das partes	312
837-c – Substituição por iniciativa do executado.....	312
837-d – Ausência de prejuízo para o exeqüente na substituição	313
837-e – Menor onerosidade para o executado.....	313
837-f – Substituição da penhora por fiança bancária ou seguro	314
838 – Remição da execução por quantia certa	314

§ 136 – Depósito e Administração dos Bens Penhorados	
839 – Depósito dos bens penhorados	316
840 – Escolha do depositário	316
840-a – Depósito dos bens imóveis	317
840-b – Depósito no caso de saldo bancário ou aplicação financeira.....	317
840-c – Depósito em caso de penhora sobre jóias, pedras e objetos preciosos	317
841 – Função do depositário	318
842 – Alienação antecipada dos bens penhorados	318
843 – Depositário comum e depositário administrador	319
844 – Responsabilidade do depositário	319
845 – Entrega de bens após a expropriação executiva	319
846 – Prisão civil do depositário judicial	320

Capítulo XLI – Fase de Instrução (II)

§ 137 – Expropriação	
847 – Conceito	323
848 – Avaliação.....	324
848-a – O encarregado da avaliação.....	325
848-b – Laudo de avaliação	325
848-c – Dispensa da avaliação	326
848-d – Avaliação de bem imóvel.....	326
848-e – Avaliação e contraditório	327
848-f – Repetição da avaliação	327
848-g – Reflexos da avaliação sobre os atos de expropriação executiva.....	328

§138 – Adjudicação	
849 – Introdução.....	330
850 – Conceito de adjudicação.....	330
851 – Requisitos da adjudicação	331
851-a – Depósito do preço	332
851-b – Legitimação para adjudicar.....	332
851-c – Adjudicação por credor	333
851-d – Adjudicação por cônjuge, descendente ou ascendente do executado	334
851-e – Prazo para a adjudicação.....	334
852 – Concurso entre pretendentes à adjudicação.....	335
853 – Auto de adjudicação	336
853-a – Aperfeiçoamento da adjudicação	337
853-b – Carta de adjudicação	337

§ 139 – Alienação por iniciativa particular	
854 – As atuais dimensões da expropriação judicial através de alienação por iniciativa particular	338

855 – Formalização da alienação por iniciativa particular.....	339
856 – Carta de alienação.....	340
§ 140 – Alienação em hasta pública	
857 – Conceito de hasta pública e arrematação	341
858 – Espécies de hasta pública e conteúdo dos editais.....	342
859 – Leilão e praça	343
860 – Editais e outras divulgações da hasta pública	343
861 – Intimação do devedor	344
861-a – Outras intimações.....	345
862 – Adiamento da hasta pública	346
863 – A hasta pública.....	346
864 – Legitimação para arrematar	347
865 – Forma de pagamento da arrematação	348
866 – Auto de arrematação.....	349
867 – Arrematação de imóveis	350
867-a – Oportunidade da proposta de arrematação a prazo.....	351
867-b – Requisitos mínimos da proposta	351
867-c – O cumprimento das prestações.....	351
868 – Perda de eficácia da arrematação.....	351
869 – Natureza da perda de efeitos da arrematação	355
870 – Arrematação realizada antes do julgamento dos embargos do devedor	355
871 – Carta de arrematação.....	356
872 – Efeitos da arrematação	358
873 – Evicção e arrematação	358
874 – Vícios redibitórios	359
875 – Ação anulatória da arrematação.....	360
876 – Remição dos bens arrematados	361
Capítulo XLII – Fase de Satisfação	
§ 141 – Pagamento ao Credor	
877 – Satisfação do direito do credor	363
877-a – Última etapa do processo de execução	364
§ 142 – Pagamento por Entrega do Dinheiro	
878 – Entrega do dinheiro	365
879 – Concurso de preferência sobre o produto da execução	365
880 – Procedimento do concurso particular	366
§ 143 – Pagamento por Usufruto Forçado	
881 – Usufruto de móvel ou imóvel	368
882 – Efeitos do usufruto judicial	370
Capítulo XLIII – Execução contra a Fazenda Pública	
§ 144 – Procedimento Especial da Execução por Quantia Certa contra o Poder Público	
883 – Execução forçada contra a Fazenda Pública	375
883-a – Julgamento	376
884 – Exceções ao regime dos precatórios	377
884-a – Autonomia do crédito de honorários sucumbenciais.....	379
885 – Execução por quantia certa fundada em sentença	379
886 – Execução por quantia certa contra entidade da Administração Pública Indireta.....	380
887 – Execução provisória	380

888 – O atraso no cumprimento dos precatórios e seus consectários	381
888-a – Procedimento para obtenção do precatório complementar	382
889 – Execução de obrigação de dar	383
890 – Embargos à execução contra a Fazenda Pública	383

Capítulo XLIV – Execução da Obrigação de Alimentos

§ 145 – Procedimento Especial da Execução por Quantia Certa em Matéria de Alimentos	
891 – Execução da prestação alimentícia	387
891-a – A ação de alimentos e a técnica de cumprimento da sentença (Lei nº 11.232, de 22.12.2005)	387
892 – Averbação em folha de pagamento	388
893 – Prisão civil do devedor	388
894 – Execução de alimentos provisionais e alimentos definitivos	389
895 – Opção entre a execução comum por quantia certa e a execução especial de alimentos (art. 733)	390
895-a – Execução provisória	390

Parte XI – Oposição à Execução Forçada

Capítulo XLV – Resistência do Devedor e de Terceiros

§ 146 – Embargos do Devedor	
896 – Resistência à execução	393
896-a – Outros meios impugnativos	394
896-b – Embargos e impugnação	395
897 – Natureza jurídica dos embargos à execução	398
897-a – Classificação dos embargos do devedor	398
898 – Legitimação	399
898-a – Autonomia dos embargos de cada co-executado	400
899 – Competência	401
900 – Generalidades sobre o processamento dos embargos	402
900-a – Segurança do juízo	404
900-b – Prazo para propositura dos embargos do devedor	404
900-c – Litisconsórcio passivo e prazo para embargar	406
901 – Rejeição liminar dos embargos	406
902 – Procedimento	409
903 – A multa aplicável aos embargos manifestamente protelatórios.....	410
903-a – Cobrança das multas e indenizações decorrentes de litigância de má-fé	411
904 – Os embargos à execução e a revelia do embargado	412
905 – Efeitos dos embargos sobre a execução	413
905-a – Atribuição de efeito suspensivo aos embargos	414
905-b – Embargos parciais	415
905-c – Embargos de um dos co-executados	415
906 – Embargos fundados em excesso de execução	415
907 – Embargos à execução de sentença	416
908 – Exceção de incompetência, suspeição ou impedimento	416
909 – Embargos de retenção por benfeitorias	417
910 – Embargos à execução de título extrajudicial	417
910-a – Argüição de nulidade da execução	418
910-b – Vícios da penhora e da avaliação.....	419
910-c – Excesso de execução ou cumulação indevida de execuções.....	420
910-d – Retenção por benfeitorias.....	421
910-e – Defesas próprias do processo de conhecimento.....	422

911 – Autonomia dos embargos do devedor em relação à execução	423
911-a – Embargos à adjudicação, alienação ou arrematação	423
911-b – Legitimação para os embargos do art. 746.....	424
911-c – Objeto dos embargos do art. 746.....	425
911-d – A posição especial do arrematante	425
911-e – Litigância de má-fé nos embargos do art. 746	426
911-f – Efeito suspensivo dos embargos à aquisição dos bens penhorados	426
911-g – Sucumbência e recurso nos embargos do art. 746	427
912 – Exceção de pré-executividade	427
912-a – Sucumbência na exceção de pré-executividade	429
§ 147 – Parcelamento Forçado do Crédito Exequendo	
913 – Moratória legal	431
913-a – Requisitos para a obtenção do parcelamento	431
913-b – Procedimento do incidente.....	432
913-c – Indeferimento do parcelamento.....	433
913-d – Descumprimento do parcelamento	433
§ 148 – Embargos de Terceiro	
914 – Conceito	434
915 – Legitimação ativa	434
916 – Legitimação passiva	435
917 – Valor da causa	435
918 – Competência	436
919 – Oportunidade	436
920 – Julgamento e recurso	436
921 – Procedimento	436
922 – Embargos de terceiro opostos por credor com garantia real	437
923 – Sucumbência na ação de embargos de terceiro	437

Parte XII – Insolvência Civil

Capítulo XLVI – Execução por Quantia Certa contra Devedor Insolvente

§ 149 – Execução Concursal	
924 – Execução coletiva e execução singular	439
925 – Pressupostos da execução coletiva	440
926 – Efeitos da declaração de insolvência	442
927 – Características da execução coletiva	443
928 – Algumas diferenças entre a falência e a insolvência civil	443
§ 150 – Primeira Fase do Processo de Insolvência	
929 – Apuração ou verificação da insolvência. Natureza jurídica do processo	445
930 – Caracterização da insolvência	446
§ 151 – Espécies de Procedimentos Concursais e Iniciativa do Processo	
931 – Legitimação	448
932 – Insolvência requerida pelo credor	449
933 – Caráter facultativo da ação concursal	450
934 – Insolvência de cônjuges	450
935 – Ausência de bens penhoráveis do devedor	450
§ 152 – Procedimentos da Execução Coletiva	
936 – Procedimento da insolvência requerida pelo credor	452

937 – Insolvência requerida pelo devedor ou seu espólio	453
§ 153 – Competência para a Execução Concursal	
938 – Competência	456
§ 154 – Sentença Declaratória de Insolvência	
939 – Declaração judicial de insolvência	457
§ 155 – Administração da Massa	
940 – O administrador da massa	459
941 – Atribuições do administrador	460
§ 156 – Concurso de Credores	
942 – Verificação e classificação dos créditos	461
943 – Credores retardatários e credores sem título executivo	462
944 – Quadro geral de credores	463
§ 157 – Satisfação dos Direitos dos Credores e Finalização do Processo	
945 – Apuração do ativo e pagamento dos credores	465
946 – Encerramento e suspensão do processo	466
947 – Saldo devedor	467
948 – Extinção das obrigações	467
§ 158 – Disposições Gerais	
949 – Concordata civil	470
950 – Pensão para o devedor	470
951 – Insolvência de pessoas jurídicas	471
951-a – Editais	471

Parte XIII – Crises da Execução e Sistema Recursal

Capítulo XLVII – Suspensão e Extinção do Processo de Execução

§ 159 – Vicissitudes do Processo Executivo	
952 – Suspensão da execução	475
953 – Casos de suspensão	476
954 – Suspensão provocada por embargos	476
955 – Suspensão prevista no art. 265, n ^{os} I a III	477
955-a – Suspensão por transação	477
956 – Suspensão por inexistência de bens penhoráveis	478
957 – Efeitos da suspensão	480
958 – Extinção da execução	481
959 – Extinção por satisfação do direito do credor	481
960 – Extinção por remissão da dívida	481
961 – Extinção por renúncia	481
962 – Outros casos de extinção da execução	481
963 – Sentença de extinção	482
964 – Coisa julgada	484
§ 160 – Recursos no Processo de Execução	
965 – O problema recursal na execução	485
966 – Sentenças e decisões em matéria de execução e seus incidentes	485
967 – Casos de cabimento da apelação	486
968 – Casos de agravo de instrumento	486

969 – Efeitos dos recursos	487
969-a – Desapensamento dos autos dos embargos para tramitação da apelação	487
970 – Causas de alçada	488

Parte XIV – Processo Cautelar

Capítulo XLVIII – Noções Gerais

§ 161 – Prevenção contra o Perigo de Dano no Curso do Processo	
971 – Processo e tempo	489
972 – Processo principal e processo cautelar	490
973 – A ação cautelar	491
974 – Medidas cautelares	491
975 – Peculiaridades da atividade cautelar. Instrumentalidade	492
976 – Provisoriedade	493
977 – Revogabilidade	493
978 – Autonomia	494
979 – Classificação das medidas cautelares	495
980 – Classificação do direito positivo	495
981 – Gráfico da classificação das medidas cautelares nominadas previstas no Código de Processo Civil	497
982 – Medidas cautelares contenciosas e não-contenciosas	497
982-a – Medidas cautelares e outras medidas provisórias: tutela cautelar e tutela antecipatória	498
§ 162 – Requisitos Específicos da Tutela Jurisdicional Cautelar	
983 – Requisitos da tutela cautelar	500
984 – O <i>fumus boni iuris</i>	500
985 – <i>Periculum in mora</i>	501
986 – Oportunidade da providência cautelar	502
987 – Tutela cautelar <i>ex officio</i>	502
988 – Caráter incidental da medida cautelar <i>ex officio</i>	503
§ 163 – Poder Geral de Cautela	
989 – Medidas típicas e medidas atípicas	505
990 – Poder discricionário na tutela cautelar genérica	506
991 – Requisitos das medidas cautelares atípicas	506
992 – Forma e conteúdo das medidas atípicas	506
993 – A discricionariedade do poder geral de cautela e a escolha da medida atípica	507
994 – Opção entre medida típica e medida atípica	508
995 – Aplicação prática de medidas atípicas	508
996 – Limites do poder geral de cautela	509

Capítulo XLIX – Relação Processual Cautelar

§ 164 – Elementos Subjetivos do Processo Cautelar	
997 – Legitimidade	513
998 – Competência	514
999 – Competência e prevenção do juízo	514
1.000 – Competência cautelar em grau recursal	515
1.000-a – Intervenção de terceiros	516
§ 165 – Elementos Objetivos do Processo Cautelar	
1.001 – Objetos da tutela cautelar	518

1.002 – Provas	518
1.003 – Instrução do processo cautelar	519
1.004 – Autonomia da instrução do processo cautelar	520

Capítulo L – Procedimento

§ 166 – O Procedimento da Ação Cautelar	
1.005 – O procedimento da ação cautelar	521
1.006 – Procedimentos cautelares	522
1.007 – Autuação própria	522
1.008 – Cumulação de pedidos principais e cautelares	522
1.009 – Estabelecimento da relação jurídico-processual	524

§ 167 – Petição Inicial da Ação Cautelar

1.010 – Petição inicial	525
1.011 – Requisitos da petição inicial: partes e autoridade judiciária	526
1.012 – Lide e seu fundamento	526
1.013 – Exposição sumária do direito ameaçado e o receio de lesão	527
1.014 – Provas a produzir	528
1.015 – O pedido	528
1.016 – Despacho da inicial e citação do requerido	528

§ 168 – Resposta do Requerido e Audiência de Instrução e Julgamento

1.017 – A defesa do requerido	530
1.018 – Contestação, exceção e reconvenção	530
1.019 – Revelia	531
1.020 – Audiência de instrução e julgamento	531

§ 169 – Medida Liminar e Contracautela

1.021 – Medida cautelar <i>inaudita altera parte</i>	532
1.022 – Comprovação dos requisitos da medida liminar	533
1.023 – Contracautela	534

Capítulo LI – Sentença e Execução em Processo Cautelar

§ 170 – Sentença Cautelar

1.024 – Julgamento da pretensão cautelar	535
1.025 – Coisa julgada	535
1.026 – Limites da sentença	536
1.027 – Fundamentação	536
1.028 – Sucumbência e honorários advocatícios	536

§ 171 – Execução das Medidas Cautelares

1.029 – Execução em matéria cautelar	539
1.030 – Figura unitária do processo cautelar	539
1.031 – Impossibilidade de embargos à execução	540
1.032 – Prazo para executar a medida cautelar	540

Capítulo LII – Vicissitudes das Medidas Cautelares

§ 172 – Fungibilidade

1.033 – Fungibilidade das medidas cautelares	543
1.034 – A fungibilidade como evidência da verdadeira natureza do processo cautelar	543

1.035 – Condição de admissibilidade da caução substitutiva	544
1.036 – Procedimento	544
§ 173 – Eficácia da Medida Cautelar no Tempo	
1.037 – Prazo ordinário de duração da medida cautelar	546
1.038 – A medida preparatória e o prazo de ajuizamento da ação principal	546
1.039 – Inobservância do prazo de ajuizamento da ação principal	547
1.040 – Conclusão	547
1.041 – Suspensão do processo	548
§ 174 – Extinção da Medida Cautelar	
1.042 – Formas de extinção da medida cautelar	549
1.043 – Processamento da extinção	549
1.044 – Impossibilidade de renovar a medida que perdeu a eficácia	550
§ 175 – Modificação e Revogação da Medida Cautelar	
1.045 – Modificabilidade e revogabilidade	551
1.046 – Procedimento	552
1.047 – Revogação de medida cautelar liminar	552
Capítulo LIII – Recursos no Processo Cautelar	
§ 176 – Remédios Recursais	
1.048 – Apelação	553
1.049 – Agravo	553
1.050 – Recurso extraordinário e recurso especial	554
Capítulo LIV – Responsabilidade Civil Decorrente da Medida Cautelar	
§ 177 – Reparação do Dano Causado pela Medida Cautelar	
1.051 – Responsabilidade civil do promovente	555
1.052 – Liquidação e execução da indenização	556
Capítulo LV – Procedimentos Cautelares Específicos	
§ 178 – Arresto	
1.053 – Conceito	557
1.054 – Arresto e seqüestro	558
1.055 – Pressupostos para concessão do arresto	558
1.056 – Prova de dívida líquida e certa	558
1.057 – Fundado receio de dano	559
1.058 – Comprovação dos pressupostos do arresto	560
1.059 – Prova documental	560
1.060 – Justificação prévia	560
1.061 – Caução	561
1.062 – Liquidez e certeza do título do promovente	561
1.063 – Bens arrestáveis	562
1.064 – Legitimação para a ação de arresto	562
1.065 – Competência	563
1.066 – Procedimento	563
1.067 – Execução do arresto	564
1.068 – Depositário	564
1.069 – Suspensão da execução do arresto	565

1.070 – Efeitos do arresto	565
1.071 – Extinção do arresto	566
§ 179 – Seqüestro	
1.072 – Conceito	568
1.073 – Ação de seqüestro	568
1.074 – Procedimento	569
1.075 – Disciplina comum do arresto e do seqüestro	569
1.076 – Cabimento do seqüestro	569
1.077 – Objeto do seqüestro	570
1.078 – Requisitos de admissibilidade do seqüestro	570
1.079 – Casuísmo legal	571
1.080 – Receio de rixas e danificações	571
1.081 – Seqüestro de frutos e rendimentos do imóvel reivindicando	572
1.082 – Seqüestro a propósito de ações matrimoniais	573
1.083 – Outras previsões legais de seqüestro	573
1.084 – Execução e efeitos do seqüestro	573
§ 180 – Caução	
1.085 – Conceito	576
1.086 – Classificação	576
1.087 – Cauções legais	577
1.088 – Cauções negociais	577
1.089 – Caução processual	577
1.090 – A ação de caução	577
1.091 – Objeto da caução	578
1.092 – Legitimação e competência	578
1.093 – Procedimento	579
1.094 – Cauções tipicamente cautelares	579
1.095 – Execução da sentença	580
1.096 – Caução às custas	580
1.097 – Reforço da caução	581
§ 181 – Busca e Apreensão	
1.098 – Conceito	583
1.099 – Classificação	583
1.100 – Pressupostos	584
1.101 – Objeto	584
1.102 – Competência	584
1.103 – Procedimento	585
1.104 – Busca e apreensão em matéria de direitos autorais	585
§ 182 – Exibição	
1.105 – Conceito	588
1.106 – Ação de exibição	588
1.107 – Classificação	589
1.108 – Exibição incidental	589
1.109 – Ação cautelar exhibitória	590
1.110 – Exibição de coisas móveis	590
1.111 – Exibição de documentos	590
1.112 – Exibição de escrituração e documentação comercial	591
1.113 – Procedimento da ação exhibitória contra parte	592
1.114 – Procedimento da ação exhibitória contra terceiro	594
1.115 – Eficácia da exibição	595

1.116 – Prevenção de competência	595
1.117 – Ação exorbitária e medida liminar	595
§ 183 – Produção Antecipada de Provas	
1.118 – Antecipação de prova	598
1.119 – Ação cautelar antecipatória	598
1.120 – Cabimento	599
1.121 – Oportunidade	601
1.122 – Objeto da antecipação de prova	601
1.123 – Competência	601
1.124 – Procedimento	602
1.125 – Sentença	602
1.126 – Valoração da prova antecipada	603
1.127 – Eficácia	603
1.128 – Medida <i>inaudita altera parte</i>	603
1.129 – Despesas processuais	604
1.130 – Destino dos autos	604
§ 184 – Alimentos Provisionais	
1.131 – Alimentos	606
1.132 – Alimentos provisionais	606
1.133 – Cabimento e oportunidade	607
1.134 – Legitimação	608
1.135 – Competência	608
1.136 – Procedimento	608
1.137 – Conteúdo dos alimentos provisionais	609
1.138 – Alimentos provisionais fora das relações matrimoniais	610
1.139 – Outras ações de cunho alimentar	610
1.140 – Duração da prestação provisional de alimentos	611
1.141 – Execução	611
§ 185 – Arrolamento de Bens	
1.142 – Conceito	613
1.143 – Pressupostos	613
1.144 – Objetivo da medida	614
1.145 – Legitimação	614
1.146 – Procedimento	614
1.147 – O contraditório	615
1.148 – Sentença	616
1.149 – Eficácia	616
§ 186 – Justificação	
1.150 – Conceito	618
1.151 – Natureza jurídica	618
1.152 – Objetivo	619
1.153 – Competência	619
1.154 – Procedimento	619
1.155 – Julgamento da justificação	620
§ 187 – Protestos, Notificações e Interpelações	
1.156 – Conceito	622
1.157 – Protesto	622
1.158 – Notificação	623
1.159 – Intepelação	623

1.160 – Indeferimento do pedido	624
1.161 – Contraprotesto	625
1.162 – Procedimento	625
1.163 – Encerramento do feito e destino dos autos	626
§ 188 – Homologação do Penhor Legal	
1.164 – Penhor legal: efetivação e homologação	628
1.165 – Natureza jurídica da medida processual	629
1.166 – Procedimento	629
1.167 – Sentença	630
1.168 – Execução	630
§ 189 – Posse em Nome do Nascituro	
1.169 – Conceito	633
1.170 – Natureza da ação	633
1.171 – Legitimação	634
1.172 – Procedimento	634
1.173 – Sentença	635
1.174 – Efeitos	636
§ 190 – Atentado	
1.175 – Conceito	638
1.176 – O atentado no Código de Processo Civil	638
1.177 – Cabimento	639
1.178 – Pressupostos do atentado	639
1.179 – Exame do casuísmo legal	639
1.180 – Legitimidade	641
1.181 – Competência	641
1.182 – Procedimento	641
1.183 – Sentença	642
1.184 – Execução da sentença e suspensão do processo	642
1.184-a – Perdas e danos	643
§ 191 – Protesto e Apreensão de Títulos	
1.185 – Protesto cambiário	645
1.185-a – Procedimento	646
1.185-b – Registro do protesto	646
1.185-c – Dúvidas do Oficial	646
1.185-d – Apreensão do título e prisão do devedor	647
§ 192 – Outras Medidas Provisionais	
1.186 – As medidas provisionais do art. 888 do CPC	651
1.186-a – Procedimento	651

Parte XV – Tutela Jurisdicional Diferenciada

Capítulo LVI – Tutela de Urgência

§ 193 – Noções Introdutórias	
1.187 – A tutela de urgência e a adequação do sistema processual ao direito material	653
1.187-a – As liminares e a história da antecipação de tutela no direito brasileiro	654
1.187-b – Liminar nem sempre corresponde à cautelaridade	655
1.187-c – A tradicional distinção entre medidas cautelares e medidas antecipatórias no direito brasileiro	657

1.187-d – A visão unitária da tutela de urgência	659
1.187-e – A fungibilidade reconhecida entre medidas cautelares e medidas antecipatórias pela Lei nº 10.444, de 07.05.02	661
1.187-f – Conclusão	662
§ 194 – Tutela Antecipada	
1.188 – Intróito	664
1.188-a – A reforma do Código de Processo Civil brasileiro e a antecipação de tutela	666
1.188-b – Justificação da tutela antecipada	667
1.188-c – Conceito de tutela antecipada	668
1.188-d – Compatibilização da tutela antecipada com os direitos fundamentais	669
1.188-e – Casos de antecipação de tutela	671
1.188-e-1 – Contestação parcial	672
1.188-f – Extensão	673
1.188-g – Pressupostos	673
1.188-h – Outros pressupostos	674
1.188-i – Momento ou oportunidade	675
1.188-j – Provisoriedade	676
1.188-l – Reversibilidade	677
1.188-m – Pessoas jurídicas de direito público	678
1.188-n – Tutela cautelar e tutela antecipada	678
1.188-o – O abuso do direito de defesa como elemento diferenciador entre a tutela cautelar e a tutela antecipada	680
1.188-p – Conclusão	680
§ 195 – Antecipação de Tutela em Ações Declaratórias e Constitutivas	
1.189 – Noção de antecipação de tutela	682
1.189-a – Requisitos da tutela antecipada	683
1.189-b – Natureza das providências antecipatórias	683
1.189-c – A antecipação de tutela e as diversas modalidades de sentença de mérito	685
1.189-d – Cumulação de pedidos declaratórios e constitutivos com pedido condenatório	691
1.189-e – Conclusão	692
§ 196 – Execuções das Medidas Cautelares e Antecipatórias	
1.190 – Jurisdição e execução	693
1.190-a – Processo de conhecimento e processo de execução	694
1.190-b – Medidas cautelares	695
1.190-c – Execução das medidas cautelares	696
1.190-d – Caráter mandamental da decisão que ordena medida cautelar	697
1.190-e – Tutela antecipatória	700
1.190-f – Execução das medidas de antecipação de tutela	701
§ 197 – Necessidade de não Radicalizar a Distinção entre Antecipação de Tutela e Medida Cautelar	
1.191 – Intróito	703
1.191-a – Pressupostos da tutela cautelar e da antecipação de tutela	705
1.191-b – Inconveniência da radicalização na separação dos casos de tutela cautelar dos de antecipação de tutela	707
1.191-c – Conclusão	710
§ 198 – Responsabilidade Civil Objetiva Derivada de Execução de Medida Cautelar ou Medida de Antecipação de Tutela	
1.192 – Fontes da responsabilidade civil	711
1.192-a – A responsabilidade civil no Código de Processo Civil	713

1.192-b – A responsabilidade civil na execução de medidas judiciais provisórias	716
1.192-c – Dos danos indenizáveis e sua execução	719
1.192-d – Conclusão	721
Bibliografia	723
Índice Onomástico.....	739
Índice Alfabético de Assuntos	743
Índice dos Fluxogramas.....	779